

EAAD'25

Carlos Bernardo

OPÚSCULO 2

DEPOIMENTO

Carlos Bernardo

EAAD'25

Contributos para a história dos primeiros
25 anos da Escola de Arquitetura,
Arte e Design da Universidade do Minho

NOVEMBRO 2022

Contribuição para a história dos 25 anos da EAAD

A contribuição que posso dar para a história do Escola de Arquitetura, Arte e Design é, no essencial, a descrição — tão fiel quanto uma memória em acelerada degradação o consente — dos anos em que, por dever de ofício, tive de coordenar esse projeto. *Dever de ofício* traduz aqui o facto de, até Fevereiro de 2002, enquanto Vice-Reitor da Universidade encarregue da gestão do Pólo de Guimarães, me cumprir coordenar todos os projetos desse pólo que estivessem sob responsabilidade direta da Reitoria. Era esta a situação inicial do curso de Arquitetura, cujo lançamento e localização tinha sido aprovada pelo Senado Universitário na sua reunião de Dezembro de 1995.

Convém salientar que, a partir daqui, deixarei, quando se justificar, de referir o *curso de — ou licenciatura em — arquitetura* e designá-lo-ei por *projeto de arquitetura*, ou simplesmente por *projeto*, já que o processo envolveu, não só o lançamento de uma licenciatura, incluindo a elaboração dos seus regulamentos enquadramentos, mas também a contratação e formação de pessoal docente e o desenho e construção de um edifício. Por outro lado, e como quase sempre acontece, a história real não começa (nem acaba) em momentos históricos unívocos e bem definidos. De facto, a verdadeira génese do *projeto* foi bem anterior a Dezembro de 1995 e eu continuei ainda a coordená-lo até Outubro de 2004, bem depois de ter cessado as funções de Vice-Reitor, o que aconteceu em 2002.

De qualquer forma, atendendo ao excelente “Depoimento” do Paulo Cruz, irei concentrar o meu relato no período anterior a Julho desse ano, deixando (quase) de fora os meus dois últimos anos de gestão, que foram essencialmente cumpridos por lealdade a um número significativo de pessoas, que tinham acreditado e se tinham empenhado no *projeto*, algumas delas motivadas

pela minha intervenção direta. Outros, com maior envolvimento institucional nesses dois anos, deverão fazer essa parte da história da EAAD.

Uma última nota prévia; a atual Escola de Arquitetura, Arte e Design (EAAD) foi, durante muitos anos, designada por Escola de Arquitetura (2009 a 2021), e antes por Departamento Autónomo de Arquitetura. Assim, o *projeto* teve este nome durante todo o período em que me competiu coordena-lo. Por isso não parecerá estranho que, no desenvolvimento do texto, a palavra “Departamento” apareça diversas vezes para o designar, não traduzindo esse facto qualquer intenção especial.

E então, terminada esta introdução, como é que tudo começou? Esta é seguramente uma pergunta difícil, não por não haver resposta, mas talvez por haver demasiadas. São conhecidos e relevantes os diversos documentos de planificação estratégica que estiveram na origem do desenvolvimento da Universidade, em particular em Guimarães. Designadamente a sessão do Senado Universitário, de Março de 1987, em que se referiu que, para possibilitar “*o pleno desenvolvimento do polo de Guimarães*”, seria necessário criar “*novos cursos em áreas não tecnológicas mas com afinidades com os ramos das engenharias, de que são exemplo emblemático a instituição futura dos cursos de Geografia e Planeamento e Arquitetura*”. Na verdade, estas decisões, em particular a localização do curso no pólo de Guimarães, não surgiram do nada, foram antes o resultado de um processo de tensões e equilíbrios, de tentativas de aproximação de diversas sensibilidades, algumas delas bastante extremadas, que existiam na Universidade e também (como poderia não ser assim?) dentro da própria equipa da reitoria. Contudo, nesta equipa e é importante que se diga isto, predominou sempre uma perspectiva colaborativa, frequentemente amiga e tendo essencialmente como objetivo o bem último da instituição. De qualquer forma, havia claramente uma posição, que podemos designar por “*pró-Guimarães*”,

que eu representava. Esta posição entendia ser essencial reforçar Guimarães, que era o elo mais fraco da instituição. O racional por detrás dela era que, se algo falhasse no desenvolvimento da Universidade seria provável que falhasse nesse elo e, falhando aí, tudo falharia. Eu defendia esta posição sempre que possível (e muitas vezes no limite), majorando os interesses específicos daquele pólo. A posição dominante (também na reitoria), que poderemos designar por “*pró-Universidade*” era, como seria de esperar, que teria sempre de haver equilíbrio entre os dois pólos, equilíbrios esses que refletissem, em quantidade e qualidade, a sua dimensão relativa.

E onde se dirimiram estas diferentes posições? Em vários *fora*, dos quais, em particular, me interessa focar aqueles que se podem designar genericamente por “*retiros da Reitoria*”. Na verdade, durante o primeiro mandato de Sérgio Machado dos Santos, a partir de 1985, a equipa reitoral realizou várias reuniões, em diversas localidades do norte de Portugal, normalmente durante um fim-de-semana, em que se apresentavam e debatiam documentos estratégicos para o futuro da Universidade. Foram, sem dúvida, reuniões determinantes em que se consolidaram muitas das ideias que, mais tarde, viriam a moldar, quer os cursos que se implementaram, quer a interação com a sociedade (em particular, as comunidades envolventes), quer ainda os planos de desenvolvimento dos campi de Braga e Guimarães. Num desses retiros, que teve lugar em Carvalhelhos, perto de Chaves, em Abril de 1991, discutiram-se os novos cursos para Guimarães. Na altura, para além das óbvias sinergias com a engenharia civil, já a funcionar no campus de Azurém, pareceu que uma licenciatura em Arquitetura, pelo seu potencial atrator de novos alunos, seria capaz de estabilizar definitivamente aquele campus e permitir-lhe atingir uma dimensão consolidada. Pareceu também que constituiria uma marca de prestígio, equivalente à das licenciaturas em Medicina e Direito que iriam funcionar em Gualtar. Finalmente, o

projeto de arquitetura poderia também constituir a “*rampa de lançamento*” para cursos como Belas-Artes, e Design Industrial, usando parcialmente os recursos, humanos e materiais, que iria potenciar, quer por si só, quer em articulação com a engenharia.

O passo seguinte foi pensar numa Comissão para redigir a proposta criação da licenciatura em Arquitetura que teria de ser, não só bem estruturada e conter características capazes de ser aceites pelas restantes Escolas nacionais da área, mas ter também aspetos diferenciadores, que permitissem justificar o aparecimento de uma nova oferta, num domínio que já se poderia considerar satisfeito a nível nacional. A já referida articulação com a engenharia e o design, até aí só parcialmente plasmada na experiência da Universidade de Coimbra, poderia garantir essa diferenciação. Na altura, pensou-se também em replicar a experiência de certas universidades holandesas que integravam os curricula de engenharia civil e de arquitetura, produzindo o que se poderia chamar *engenheiros-arquitetos* (ou *arquitetos-engenheiros*), juntando sinergicamente o melhor dos dois saberes. Esta ideia, contudo, não avançou, por parecer demasiado radical e inaceitável para o que era, na altura, o consenso nacional.

Pareceu também, desde logo, que, se introduzir no currículo tradicional de uma licenciatura em arquitetura alguma diferenciação poderia ser condição necessária para garantir aquele consenso, não seria nunca uma condição suficiente. Para isso, era preciso integrar naquela Comissão nomes indiscutíveis da arquitetura nacional, sendo de particular importância o do coordenador; nomes capazes de calar (ou, pelo menos, diminuir) as críticas expectáveis a uma proposta que iria inevitavelmente afectar os interesses já instalados, a nível académico e profissional, numa área muito competitiva. A solução foi encontrada e corporizada pelo reitor Sérgio Machado dos Santos, que usando a sua boa relação com Alberto Amaral, então Reitor da Universidade do Porto, lhe pediu para convidar

a integrar a Comissão nomes indiscutíveis da Faculdade de Arquitetura daquela universidade.

E foi assim que, em Julho de 1995, foi proposta ao Senado universitário a criação de uma Comissão para elaborar a proposta de criação da licenciatura em Arquitetura, integrando os professores Fernando Meneses de Tavares e Távora, Alexandre Vieira Alves Costa e Domingos Manuel Campelo Tavares, da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto e José Pereira Vieira, Paulo Alves Pereira e José Gomes Mendes, da Escola de Engenharia da Universidade do Minho. Em particular, o nome do coordenador, Fernando Távora, então já jubilado, uma das glórias da arquitetura portuguesa, com obra teórica e profissional reconhecida a nível nacional e internacional, constituía uma garantia que proposta que fosse produzida nunca poderia ser considerada “*de simples engenheiros*”. E, assim começou o trabalho de preparação, com reuniões regulares, trabalho que decorreu excecionalmente bem e numa atmosfera de grande cordialidade entre os participantes. A primeira situação resultou, indiscutivelmente e em primeiro lugar, do mérito científico e profissional dos colegas da Universidade do Porto. A segunda, para além do sentido de humor da generalidade dos participantes, teve muito a ver com a personalidade do coordenador, o professor Fernando Távora, sempre afável e agregador e, obviamente, com o respeito que ele a todos merecia.

A proposta, concluída em Dezembro desse ano, e apresentada para discussão na reunião do Senado de Janeiro de 1996, refletia as bases conceptuais sobre as quais trabalhara a Comissão e continha em anexo um quadro com a interligação da licenciatura com novas licenciaturas e cursos de pós-graduação a propor futuramente. Em particular, mencionava, para além do já referido *Design Industrial*, a criação de cursos de mestrado em áreas como a *Conservação e Restauro de Edifícios*, *Planeamento e Desenho Urbano*, ou *Desenho de Equipamento*. Continha ainda extractos da memória descritiva do novo edifício, que deveria

entrar em funcionamento no final de 1999, a sua possível área bruta e funcional e o custo, bem como a previsão dos recursos humanos necessários para o departamento a criar. Propunha-se, finalmente que a licenciatura em Arquitetura tivesse início já no ano letivo de 1997/8. Na reunião seguinte, em Abril de 1996, foi unanimemente aprovada a criação da Licenciatura em Arquitetura, para começar funcionar no polo de Guimarães no final daquele ano, sendo formalmente publicitada pela Resolução do Senado Universitário SU-12/96, de 13 de maio.

É necessário fazer aqui uma nota especial relativa à qualidade e celeridade do trabalho da Comissão. O desenvolvimento e pormenorização da proposta apresentada traduziam o facto do *projeto* já vir a ser preparado há algum tempo. Na realidade, o trabalho começara a partir do momento em que Machado dos Santos tomou posse, no seu primeiro mandato, em Julho de 1994. Esta tinha sido, aliás, uma promessa clara do seu discurso nessa ocasião: *“No polo de Guimarães, serão criados pelo menos 3 novos cursos de licenciatura, um no domínio das Ciências Aplicadas, um ligado à temática do Planeamento Regional e Urbano e o terceiro numa área nova a criar... As áreas novas... serão escolhidas pelo Senado após estudos de viabilidade, envolvendo as Ciências da Saúde, a Arquitetura, a Música e as Belas-Artes, estudos esses efetuados em coordenação com as políticas nacionais que sejam definidas para o sistema de Ensino Superior.”* É também óbvio que esta promessa resultava linearmente da decisão tomada em Carvalhelhos em Abril de 1991.

Apesar disso, ou por isso mesmo, é este o veículo e o momento apropriados para prestar uma sincera homenagem e agradecimento (que, porventura, nunca foi feito com a ênfase e nos termos devidos) aos colegas da FAUP, sem cuja ajuda e amizade não teria sido possível apresentar uma proposta adequada, pedagógica e cientificamente bem estruturada e com a credibilidade que o nome e prestígio dos profissionais da Comissão lhe conferiam. Ajuda que, aliás, continuou, anos depois, com a colaboração na

docência de algumas disciplinas e mesmo participação nalguns dos órgãos de gestão do futuro departamento. Sem eles, sem dúvida, não haveria hoje uma licenciatura em Arquitetura na Universidade do Minho, nem, por acréscimo, existiria a EAAD.

A Resolução SU-12/96, de 13 de Maio, viria a criar a licenciatura em Arquitetura, com cinco anos letivos, cujo registo, bem como o do correspondente Plano de Estudos, foi comunicado à universidade pelo Departamento do Ensino Superior do Ministério da Educação em 31 de Maio, com a referência R-85/96. Pelo despacho RT/53-96, de 31 de Outubro, foi nomeada a Comissão Instaladora da licenciatura e da Escola de Arquitetura, integrando o signatário, que presidia e todos os elementos da Comissão que redigira a proposta, à exceção de Paulo Alves Pereira.

Termina, assim, aqui aquela que se poderia considerar a “*pré-história*” da licenciatura e da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, período em que se definiram os seus contornos essenciais. De Abril de 1991 a Outubro de 1996, decorreram cinco anos e meio de conceptualização, formalização e regulamentação, anos, sem dúvida, muito importantes, talvez mesmo os mais importantes de toda a sua vida institucional. É também esta a data que determina o período que estamos a comemorar: “25 anos da história da EAAD”, iniciados formalmente com a nomeação da sua Comissão Instaladora. Na verdade, porém, como acabámos de ver, essa história já tinha começado alguns anos antes e, estou certo, continuará por muitos mais.

Mas, se a pré-história terminou nessa altura, o trabalho principal estava ainda todo por fazer e, por isso, é preciso passar à “*história*”. E é uma pequeníssima parte dessa história que me proponho agora tentar fazer.

Indubitavelmente o trabalho mais relevante durante todo o ano que se seguiu a Outubro de 1996 foi preparar o arranque da licenciatura no ano letivo 1997/8. Para tal, como atrás se referiu, os principais desafios com que

a Comissão se confrontava eram, por esta ordem, a contratação e formação de pessoal docente, a elaboração de regulamentos enquadradores do curso e do (futuro) departamento e o desenvolvimento do *projeto* de construção do edifício onde tudo iria funcionar.

Num primeiro momento, face às imposições do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) e para acelerar o processo, a ideia foi tentar contratar no mercado nacional um número mínimo de doutorados que permitisse garantir a qualidade do ensino e a adequada representação da Escola. A Comissão Instaladora depa-rou-se, contudo, com uma dificuldade: a escassez de doutorados em arquitetura (ou domínios conexos) a nível nacional. Que esta situação pudesse ocorrer em 1996 era surpreendente para os engenheiros que a integravam, pois já tinha sido resolvida na área da engenharia, pelo menos 10 anos antes. Traduzia, contudo, a história do ensino superior da arquitetura em Portugal (e no Norte do país, em particular), muito baseado na experiência profissional e com uma forte componente de formação artística, em particular de desenho, menos focada na prossecução de investigação científica formal. Estas características, em si próprias compreensíveis, tinham, contudo, o problema de não se ajustarem ao ECDU pois não permitiam formar (e contratar) doutorados em número suficiente, limitando assim a estruturação e representatividade do corpo docente da Escola.

Face às limitações da oferta nacional foi tentada a contratação no mercado internacional, em particular de portugueses expatriados, igualmente sem sucesso. Aparentemente a situação que se vivia nesses anos era de mudança de paradigma a nível global, com uma crescente consciência da importância da formação científica na carreira universitária dos jovens arquitetos; esta alteração e a crescente consciência que dela tinham as instituições universitárias, pressionava a procura de doutorados e, consequentemente, o número dos que estavam disponíveis

nunca seria suficiente para que Guimarães pudesse ser considerado um destino atrativo.

Foi, assim, necessário mudar de estratégia e considerar uma alternativa que passaria por contratar jovens assistentes e, logo que possível e conveniente, matriculá-los em programas de doutoramento, necessariamente baseados em investigação científica. Esta era, contudo, uma solução difícil, por várias razões. Por um lado, a licenciatura iria começar a funcionar e era necessário garantir presencialmente o serviço docente, o que era incompatível com uma formação essencialmente “fora de portas”. Por outro lado, a cultura dos jovens arquitetos, formados nas escolas tradicionais, não tornava apelativa — ou, até mesmo, não permitia visualizar como possível — uma carreira de investigação.

Mas essa era a única alternativa disponível e, porque assim era, foi exatamente por aí que se começou. Claro que contratar assistentes levantava imediatamente outro problema: onde os colocar fisicamente se ainda não existia um edifício? Para resolver esse dilema foi necessário aproveitar um dos pavilhões desmontáveis que tinham sido abatidos ao serviço em Braga (um dos célebres “pavilhões verdes da rodovia”) e adaptá-lo ao arranque do novo curso e também ao da licenciatura em Geografia e Planeamento, que teve início nesse ano em Guimarães. Se não estou em erro, tratava-se dum pavilhão que tinha funcionado desde os primórdios da universidade e que tinha sido entretanto objeto de uma profunda remodelação e substanciais melhorias. Esta situação mostra bem a capacidade de adaptação e a imaginação que na altura caracterizavam a instituição; mas mostra igualmente como foi difícil — para não dizer problemático e ao limite — o arranque do *projeto de arquitetura* no pólo de Azurém.

Entretanto foram concretizadas as primeiras contratações para o futuro departamento, ambas de licenciados da FAUP. Uma delas foi a de uma arquiteta com um amplo currículo profissional, Maria Manuel Oliveira,

muito recomendada pelos arquitetos da Comissão Instaladora e que se viria a revelar um dos pilares do curso e, na verdade, de todo o *projeto*. A outra o foi a de Paulo Ferreira, um jovem arquiteto, ainda com poucos anos de formação, mas já com um currículo muito interessante. E foi com eles que se começou a estruturar o Departamento e a preparar o arranque da licenciatura. Nunca será demais reconhecer a dívida de gratidão que o EAAD — e, através dele, a Universidade — têm para com estes dois docentes, sem os quais, o lançamento da licenciatura e a sua existência nos dias de hoje não teria sido possível.

Com estas primeiras contratações começou uma nova fase da história da EAAD, que decorreu de Outubro de 1996 a Novembro de 2002, data em que foi extinta a Comissão Instaladora da Licenciatura em Arquitetura e a Escola passou a funcionar, formal, pedagógica e cientificamente dentro daquilo que podemos considerar ser *a norma* da Universidade do Minho. Esses 6 primeiros anos de funcionamento estruturaram o que é, na atualidade a EAAD, e por isso mereceriam, um texto próprio e independente, que ultrapassaria, de longe, o objetivo destas linhas. Para além disso, sendo o signatário o presidente da Comissão Instaladora, estaria a opinar, nalguma medida, em causa própria o que não é, nem apropriado, nem analiticamente aconselhável. Limitar-nos-emos, por isso, a listar aqueles que consideramos serem os marcos mais importantes desse período, na expectativa que alguém, mais capaz e com o devido distanciamento, os complete e desenvolva:

1. Arranque do 1.º ano letivo em 1997/98 e angariação de colaborações externas;
2. Instalação do pavilhão desmontável no campus de Azurém e sua ocupação pelos docentes do (então) DAA;
3. Contratação do corpo docente em articulação com as necessidades pedagógicas da licenciatura;
4. Decisões da Comissão Instaladora relativas ao projeto do edifício;
5. Concurso, contratualização e construção do edifício;
6. “Normalização” do funcionamento da Escola;
7. Fim da Comissão Instaladora da Licenciatura em Arquitetura e da Comissão Consultiva Externa do DAAD (Despacho RT-69/2002, de 5 de Novembro).

Não faria sentido terminar este breve relato sem manifestar publicamente o meu orgulho em ter contribuído, ainda que de forma modesta, para o desenvolvimento do *projeto de arquitetura* da Universidade do Minho e a satisfação que sinto por poder constatar a realidade forte e atuante da Escola que atualmente o corporiza.

O depoimento de Carlos Bernardo, escrito em Braga a 12 de novembro de 2022, foi composto pela Design by OOF em caracteres Plantin 12/14, em outubro de 2024. Este opúsculo foi impresso em risografia pelo Studio Arco Ignis, em papel Arena Ivory Rough 120g e capa em 250g, numa tiragem de 150 exemplares.

EAAD'25
Depoimento de
Carlos Bernardo

Coordenação
Paulo Cruz

Edição
Escola de Arquitetura,
Arte e Design
Universidade
do Minho

Design editorial
Design by oor

Tipo de letra
Plantin 12/14

Impressão risográfica
Studio Arco Ignis

Papel
Arena Ivory Rough
120g (capa em 250g)

Tiragem
150 exemplares

ISBN
978-989-35942-2-3

Guimarães,
outubro 2024



Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

